



Uma abordagem sobre os fundamentos da extensão universitária: Histórico-conceitual, política pública, inclusão e interdisciplinaridade

Antonio Marcos Ribeiro Frutuoso¹, Jonathas Luiz Carvalho Silva²

Resumo: Este artigo trata sobre a Extensão Universitária como fundamento epistemológico, conceitual da prática universitária e aplicação profissional. Define como problemática a seguinte questão: Como podem ser compreendidos os fundamentos da Extensão Universitária? Objetiva abordar os fundamentos da Extensão Universitária a partir de uma perspectiva histórico-conceitual, de política pública, de inclusão e de atividade interdisciplinar. Utiliza, nos aspectos metodológicos, a finalidade exploratória respaldada no método bibliográfico, levando em conta artigos mapeados em canais de informação supraformais, tais como os periódicos eletrônicos e os anais de eventos em meio digital, o que caracteriza o estudo qualitativo. Conclui que o desiderato epistemológico da Extensão Universitária a partir dos fenômenos atribuídos e discutidos, fortalece a concepção científica e legislativa desse importante eixo universitário, tornando-a mais consistente, sólida, respaldada, pensada como uma política de ação propriamente dita.

Palavras-chave: Aplicação profissional; Ensino Superior; Engajamento social; Epistemologia

An approach on the foundations of university extension: Historical-conceptual, public policy, inclusion and interdisciplinarity

Abstract: This article deals with University Extension as an epistemological, conceptual foundation of university practice and professional application. It defines as problematic the following question: How can the fundamentals of University Extension be understood? It aims to approach the fundamentals of University Extension from a historical-conceptual perspective, public policy, inclusion and interdisciplinary activity. It uses, in the methodological aspects, the exploratory purpose supported by the bibliographic method, taking into account articles mapped in supraformal information channels, such as electronic journals and the annals of events in digital media, which characterizes the qualitative study. It concludes that the epistemological desideratum of University Extension from the phenomena attributed and discussed, strengthens the scientific and legislative conception of this important university axis, making it more consistent, solid, supported, thought of as a policy of action itself.

Keywords: Professional Application; Higher Education; Social Engagement; Epistemology

*Originais recebidos em
17 de maio de 2023*

*Aceito para publicação em
19 de dezembro de 2023*

1
Bibliotecário do Colégio Evolução,
Juazeiro do Norte, Brasil.

(autor para correspondência)

amarcos.rf@gmail.com

2
Docente da Graduação e Pós-
Graduação Stricto Sensu em
Biblioteconomia, Universidade Federal
do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte,
Brasil.

Introdução

O presente artigo busca estabelecer um diálogo preliminar, a partir do desiderato da epistemologia e da Sociologia da Ciência, contemplando a Extensão Universitária como dimensão central de aplicação de alguns pressupostos legislativos e de estudiosos. Considera-se primordial empreender essa perspectiva fundamentacional, principalmente porque na literatura sobre o tema é perceptível a ausência de fontes de informação as quais trabalhem a extensão nesse sentido.

Nessa perspectiva, será posto à baila concepções crítico-analíticas de como se pode designar a Extensão Universitária como fundamento epistemológico, conceitual da prática universitária e aplicação profissional. Para tanto, torna-se imprescindível abarcar associações científico-contextualistas de cunho planetário, uma vez que dessa forma pode-se refletir nas diversas abordagens aplicacionais inerentes desse campo, ou ainda aproximá-la de outros enfoques temáticos.

Seguindo essa linha de raciocínio, a ideia é reconhecer que a extensão possui um conjunto de fundamentos, mas que precisam ser estruturados teoricamente para viabilizar uma noção de como se constituem as questões teóricas e aplicadas da Extensão Universitária. Nesse caso, estudar a identificação e a compreensão dos fundamentos da Extensão Universitária é condição primordial. Dentro desse contexto, a pesquisa é norteadada pela seguinte pergunta-problema: como podem ser compreendidos os fundamentos da Extensão Universitária?

Destarte, as razões que embasam a presente pesquisa, em âmbito acadêmico, justificam-se no sentido de desenvolver um olhar sobre as questões teóricas da Extensão Universitária e como essa dimensão deve ser observada do ponto de vista da fundamentação. No contexto institucional, é relevante indagar que a Extensão Universitária é um pilar universitário, o qual deve ser visualizado de uma maneira mais efetiva como ponto de fundamentação, uma vez que se discute de maneira mais efetiva a respeito da fundamentação do ensino e da pesquisa, mas em se tratando da fundamentação da extensão são ínfimas as reflexões.

Com efeito, depreende-se que contemplar os postulados supracitados remete ao sentido mais amplo da Extensão Universitária e seus construtos já discutidos. São esses: os tipos de práticas, seus princípios e eixos temáticos. É evidente que os tópicos mencionados se figuram fundamentais para o desempenho da *praxe* extensionista, no entanto, pode-se mensurar a inevitabilidade de expandir as reflexões, analisar a sua função e dinâmica nas universidades.

Cabral (2012) acentua que a prática social universitária só terá sentido se for inserida na proposta pedagógica. A concepção do autor permite afirmar que o processo extensionista é condição *sine qua non* na prática acadêmica. De fato, a função social universitária poderá ser melhor representada ao estabelecer um diálogo com a sociedade, o que reflete diretamente nas premissas da extensão.

À essas indagações, levando em conta a tríade elementar das universidades - ensino, pesquisa e extensão -, é notório que os dois primeiros eixos se estabeleceram de maneira mais sólida no decorrer dos séculos. Essa concepção será problematizada nesta pesquisa, ampliando a extensão vinculada ao ensino e pesquisa à sua marginalização, o que é imprescindível para pensar uma extensão mais consistente, sólida, respaldada, pensada como uma política de ação propriamente dita. Diante do contexto denotado, a pesquisa tem como objetivo geral abordar os fundamentos da Extensão Universitária a partir de uma perspectiva histórico-conceitual, de política pública, de inclusão e de atividade interdisciplinar.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa tem como finalidade o método exploratório, uma vez que permite explorar/entender as questões teórico-conceituais da Extensão Universitária com base na literatura

dessa dimensão (Gil, 2010). A respeito da estratégia, forma de investigação para se chegar ao fim, optou-se pelo método bibliográfico, aplicado com base na utilização de livros e artigos científicos mapeados em canais de informação supraformais, tais como os periódicos eletrônicos, caracterizando, dessa maneira, essa investigação de cunho qualitativo.

Para tanto, a discussão da ideia de Extensão Universitária será focalizada nos seguintes pontos:

- a) Extensão Universitária como fundamento histórico-conceitual:** será discutido quatro fases expressivas de sua conceituação que representam uma transitoriedade de suas práticas inerentes nas universidades, com base em Nogueira (2001), Rocha (2001), Serrano (2010), Forproex (Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras [Forproex] 1999, 2001, 2007, 2012), Frutuoso e Silva (2021a);
- b) Extensão Universitária como fenômeno de política pública:** pensada a partir de uma ação política educacional que parte do contexto da Educação, mas com enfoques transversais, os quais buscam resolver problemas de caráter aproximativo com outras políticas públicas, tendo como principais autores, Souza (2006), Forproex (2007, 2012), Leite (2020) e Araújo e Leite (2021);
- c) Extensão Universitária como fenômeno de inclusão:** será atribuída à extensão uma nova perspectiva quanto à consagração da inclusão em seu conceito e práticas, considerando níveis de intensidade e sua construção de forma coletiva, com base em autores tais como Bourdieu (1994), Freire (2008), Mota (2010), Deus (2020) e Silva (2020);
- d) Extensão Universitária como fenômeno interdisciplinar:** busca-se designar seu potencial interdisciplinar a partir da variação de temas, seus autores e através das práticas extensionistas, tendo por base de autores Philippi Júnior (2011), Forproex (2012), Silva (2013), Del-Masso et al. (2017) e Frutuoso e Silva (2021b).

Essas são as categorizações nas quais a pesquisa visualiza a Extensão Universitária e que representam, do ponto de vista estrutural, as seções discursivas do presente estudo. Tenciona-se atender a essas proposições delineando um desiderato epistemológico ainda não contemplado, o qual se propõe a denotar e potencializar essa dimensão para além de suas vertentes institucionais já empregadas nos documentos os quais norteiam seu contexto histórico e de desenvolvimento.

Extensão Universitária como fundamento histórico-conceitual

As perspectivas conceituais da Extensão Universitária assentam na diversidade de práticas limiares de âmbito nacional, internacional e global, desempenhadas mesmo não havendo uma conceituação sólida da dimensão. Ao longo da história das universidades, principalmente das públicas brasileiras, o conceito de extensão transita entre várias matizes e diretrizes conceituais: da extensão cursos à extensão serviço, da extensão assistencial à extensão "redentora da função social da Universidade", da extensão como mão dupla entre universidade e sociedade à extensão cidadã.

Nesse contexto, já é evidente a resignificação de suas relações internas com as atividades acadêmicas, bem como sua conexão à comunidade a qual está inserida. Considerando o cenário histórico da Extensão Universitária, será discutido quatro fases expressivas de sua conceituação e prática (Figura 1), conforme Serrano (2010), que representam uma transitoriedade de suas práticas, inerentes às universidades e seus projetos pedagógicos.

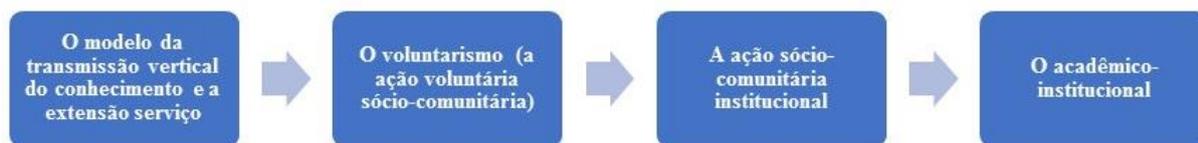


Figura 1. Fases conceituais e práticas da Extensão Universitária

Fonte: elaborada pelo autor (2020) baseado em Serrano (2010).

Iniciando pelo **modelo da transmissão vertical do conhecimento e a extensão serviço**, pensada a partir de movimentos políticos, a extensão possui uma dimensão diacrónica (desenvolvimento histórico), principalmente por possuir registros de práticas antes mesmo do surgimento do termo “extensão”. Foram as primeiras escolas gregas com suas aulas abertas a um público restrito, consideradas na literatura como os primeiros movimentos da Extensão Universitária, onde o conhecimento pouco transformaria as realidades.

Do mesmo modo, com base em Rocha (2001), a Universidade de Bolonha, na Itália, (no contexto das universidades europeias medievais) é apontada como pioneira na origem da extensão. Suas primeiras propostas aplicativas surgem, de fato, na Universidade de Cambridge da Inglaterra, na metade do século XIX, como “educação continuada”, através da criação de um programa formal de “cursos de extensão” destinados a diversas regiões e segmentos da sociedade, sendo que, das três dimensões constitutivas da universidade, a extensão foi a última a surgir (Nogueira, 2005).

Em âmbito nacional, as primeiras manifestações da Extensão Universitária remontam ao início do século XX, tendo forte influência das vertentes dos cursos da Inglaterra, com a realização de cursos e conferências em 1911 a exemplo de faculdades, tais como: Filosofia, Ciências e Letras, Direito e Medicina, que posteriormente (em 1934) se constituíram como a Universidade de São Paulo (USP). Vale ressaltar que esse período coincide com a implementação do Ensino Superior no Brasil.

Dessa concepção prática de Extensão Universitária, nota-se que os cursos consagraram a primeira de suas atuais modalidades, responsável por figurar a ponte para o diálogo das universidades com a sociedade, como uma prática pedagógica verticalizada, em que a transmissão do saber se tornou autoritário, da universidade para membros da sociedade, um conhecimento restrito a poucos sujeitos. Em suma, essa primeira fase da extensão é antidialógica, principalmente por não buscar conhecer a cultura da comunidade a qual está vinculada. Romper esse paradigma de ator-sujeito e objeto significa para Freire (2011) pensar numa relação interacionista, em que os sujeitos agem e pensam criticamente de maneira conjunta.

A segunda fase da extensão, o **voluntarismo (a ação voluntária sócio-comunitária)** rompe com a visão verticalizada da Extensão Universitária, descompromissada com a população em vulnerabilidade social, politizada e ideológica, em virtude de três experiências: com a Igreja, sobretudo dos jesuítas na Idade Média, com ações educativas fora do muro de seus “colégios”, tendo como objetivo a ação filantrópica, o atendimento aos pobres; o movimento iluminista que assume um caráter chamado de “Ação Revolucionária”; e com o movimento estudantil, especialmente na América Latina (Rocha, 2001).

A autora supracitada enfatiza que o Movimento Estudantil de Córdoba na Argentina, em 1918, torna-se o marco de novos paradigmas para a Extensão Universitária, principalmente na América Latina. Numa transição geográfica, após as experiências limiars na Inglaterra, a extensão perpassa da Bélgica para a Alemanha, seguido pela Europa e Estados Unidos. Esse último país estabeleceu a extensão pela prestação de serviços nas áreas urbana e rural que, somada à participação dos estudantes em campanhas educativas e assistência às populações carentes, tem-se no movimento estudantil, a partir de Córdoba, uma nova atribuição às atividades

extensionistas em que se vislumbra o “[...] fortalecimento da universidade, pela projeção ao povo da cultura universitária e a preocupação com os problemas nacionais” (Bernheim, 1978).

A Extensão Universitária no Brasil passa a sofrer influências do modelo de prestação de serviços dos Estados Unidos, por meio da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa de Minas Gerais, na década de 1920. Ao final da década de 1930 e início da década de 1940 houve uma efervescência em termos de práticas educativas extensionistas, tendo como foco a cultura e permitindo a criação de salas de leituras, experiências de radiodifusão, difusão cultural, além dos cursos e conferências abertas, com intuito de propiciar discussões e viabilizar soluções dos problemas sociais.

No final da década de 1950 e início de 1960, a força política dos jovens é expressiva quando os universitários brasileiros, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) organizaram ações para a formação de lideranças que careciam no país, na tentativa de institucionalizar a Extensão Universitária. Diante dessa acepção, o cerne da Extensão Universitária introduz a correlação entre o saber produzido no interior das universidades com a cultura local, do mesmo modo, esta última com a cultura universitária. Observa-se o início de uma trajetória a qual busca intervir social e culturalmente na sociedade, acarretando na transfiguração de sua conexão com os demais pilares acadêmicos (ensino e pesquisa).

Naquilo que tange a fase da **ação sócio-comunitária institucional**, essa inicia-se em meados dos anos 60 e 70 a partir das ditaduras que ocorriam na América Latina, em especial o regime militar no Brasil, que passou a apreender a configuração emancipadora da Extensão Universitária atribuída pelo Movimento Estudantil como ameaça de risco. Em resposta à essa situação e para inibir o trabalho assistencial comunitário, o governo militar instituiu programas de atuação esporádica e desvinculada das instituições universitárias (Serrano, 2010), proposta, conforme Nogueira (2001, p. 60) “[...] incorporada ao ideal desenvolvimento e segurança, em que os alunos eram apenas executores”.

Nessa perspectiva, expande-se o movimento de ação sócio-comunitária institucional, desvinculada das instituições universitárias, com práticas não sistemáticas, em que os estudantes tinham a oportunidade de conhecer apenas a realidade parcial trabalhada, sem poder estabelecer vínculos duradouros com as comunidades. Esse movimento se materializa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1966, através do projeto Rondon, instituído em 1968 e no Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), com o objetivo de manter a ordem e segurança nacional.

Por fim, têm-se a **fase acadêmico-institucional**, em que a Extensão Universitária se institucionaliza a partir dos anos 80 sob a influência dos conceitos e práticas de Paulo Freire, em virtude da criação de um movimento na Universidade do Recife, no começo dos anos 60, denominado ‘Extensão Cultural’. Através de tal feito, a extensão se inseriu num contexto sistemático e dialógico, permitindo a redefinição da universidade e da Extensão Universitária, no Brasil, e por esse motivo foi abortada pelo regime militar brasileiro (Serrano, 2010). No processo de institucionalização, as discussões como a indissociabilidade entre os eixos da universidade e a desmistificação da Extensão Universitária - como militância política -, bem como o conceito da troca social na extensão, como via de mão dupla, são mais efetivos.

Nessas últimas décadas, a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 1980, atualmente Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em meados de 1987, o reconhecimento legal dessa atividade acadêmica na Constituição Federal (CF) de 1988 e a criação do Plano Nacional de Extensão Universitária (1999), propiciaram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação mais precisa da Extensão Universitária.

Nesse contexto, a Extensão Universitária, de acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária (1999), resultado do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, realizado na Universidade de Brasília (UnB), é conceituada mediante três perspectivas, a saber:

- a) a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade;
- b) a Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno a universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade;
- c) além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Forproex, 1999).

A conceituação assumida pelos Pró-Reitores torna nítida a postura democrática que a universidade deveria assumir em desenvolver ações coletivas com a população para produção e socialização do conhecimento, num processo relacional de teoria/prática, tendo como diálogo o saber popular e científico frente à realidade da comunidade, possibilitando uma visão ampla e integrada da realidade social. Todavia, vale ressaltar que a sociedade deve compreender sua capacidade de direcionar demandas para a universidade de forma emancipada.

Além disso, vale ressaltar as concepções abordadas no Plano e documento referente à Avaliação Nacional de Extensão, que preceituam a Extensão Universitária dimensionada como uma prática acadêmica, a qual vai se estabelecendo como atividade capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira, assim como propor efetivas mudanças na sociedade, a saber:

- a) “[...] filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através da pesquisa básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta” (Forproex, 1999);
- b) “[...] ação que viabiliza a interação entre a universidade e sociedade, constitui elementos capaz de operacionalizar a relação teoria/prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular” (Forproex, 2001, p. 24).

A partir de um debate amplo e aberto ocorrido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizados em 2009 e 2010, respectivamente, o FORPROEX denota as universidades públicas e a sociedade um novo conceito posto na Política Nacional de Extensão Universitária, propagado em 2012. Sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, essa última é conceituada como um “[...] processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (Forproex, 2012, p. 28), por especular a postura que a universidade deve assegurar para com a comunidade interna (docentes, discentes, técnicos) e externa (a sociedade em geral).

Assim definida, esse escopo propicia a Extensão Universitária transformar a universidade e os setores sociais com as quais ela interage. O viés interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político pressupõe sua conceituação sólida denotando a postura diante de comunidades e suas dimensões humana, ética, econômica,

cultural e social. Além disso, no que se refere as perspectivas de atuação da Extensão Universitária, para efetiva interação/interferência entre a universidade e os setores da sociedade, bem como nortear a sistematização de suas ações, vale ressaltar as áreas temáticas categorizadas em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social, a saber: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho (Forproex, 2012).

As ações extensionistas para consecução de seus objetivos e contribuir para com as demandas da sociedade, baseadas nas áreas temáticas, categorizaram-se por intermédio das recomendações quanto ao perfil das atividades as quais podem contemplar os campos no eixo supramencionado, a saber: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços (Forproex, 2007; Ministério da Educação [MEC], 2018). Averigua-se, conforme as categorias denotadas acima, uma rede de nichos temáticos que podem ser planejados, desenvolvidos e executados por meio de metodologias dialógicas, interacionistas e interdisciplinares. Desse modo, um dos fenômenos pelos quais intercorre o conceito de Extensão Universitária é através da apreensão das formas representativas de sua atuação.

Além disso, é imprescindível que sua atuação objetive “[...] capacitar os sujeitos a atuarem eticamente na sociedade, através de um processo educacional que proporcione a inclusão, participação política e crítica do alunado comprometido com as causas sociais” (Frutuoso & Silva, 2021a, p. 266). Ou seja, tal premissa deve aliar-se à proposta conceitual da extensão e, sob uma perspectiva pragmática, é fundamental que haja uma integração dos aspectos mencionados entre o conceito e os formatos de atuação da extensão.

Em linhas gerais, é possível perceber que a Extensão Universitária sofreu diversas influências, progressos, retrocessos e novos avanços epistemológicos e pragmáticos. Observa-se que no Brasil sua implementação e desenvolvimento ocorreram de forma gradativa, com as fases oscilando até meados dos anos 70, se estabelecendo institucionalmente a partir dos anos 80 com diversas atribuições conceituais e práticas contextualistas. Hodiernamente, mesmo que ainda se vislumbre a extensão marginalizada em algumas universidades, há uma tendência para seu fortalecimento, especialmente com as práticas de curricularização.

Extensão Universitária como fenômeno de política pública

Pensar a Extensão Universitária pelo caráter de política pública, a princípio, é fundamental entender: O que são políticas públicas? Quem são seus atores? Na perspectiva de Souza (2006), a definição dessa dimensão não contempla uma única ou melhor definição. O pensamento de Marian Filho (2005), sobre política pública, reflete na posição que o poder público deve expressar uma postura em face aos problemas, assim como dos diversos atores que adunam o cenário e sua intenção de fornecer *feedback* à função do Estado na sua relação com a sociedade.

Quanto aos atores que formulam as políticas públicas, Secchi (2010) esclarece que, como pensadores e influenciadores, enquadram-se os indivíduos, grupos ou organizações funcionais da arena política, tais como os políticos, as empresas e as organizações não governamentais. Mediante essa abordagem, tem-se uma amplitude informacional de que o governo não atua nesse campo com prioridade absoluta, o que se espera é o fortalecimento de uma capacidade burocrática construída com empenho político, criatividade institucional, tecnologias e investimentos em formação profissional.

É também nesse contexto que entra, principalmente, o papel da universidade pública como protagonista na produção de conhecimento a ser partilhado com o governo e sociedade, afinados com os valores e interesses sociais. A prática de atividades da Extensão Universitária, no Brasil, já remonta a grandes movimentos culturais e políticos, no final da década de 1950 e início de 1960, quando os universitários brasileiros, através da União

Nacional dos Estudantes, organizaram ações para a formação de lideranças que careciam no país, na tentativa de institucionalizar a Extensão Universitária.

Como um conjunto de ações políticas, determina o FORPROEX que o fortalecimento da Extensão Universitária só será envidado ao pactuar com as seguintes abordagens: normatização e implementação no âmbito das universidades públicas, **o incremento da articulação das ações extensionistas com as políticas públicas**, os movimentos sociais e os setores produtivos da sociedade e, por fim, o apoio às iniciativas de ampliação e democratização do ensino superior (Forproex, 2007, grifo nosso).

Destaca-se, dentre os pontos evidenciados, o diálogo da extensão com as políticas públicas. Essa articulação deve ser efetivada como prática micro, no íntimo da universidade pública, e como caráter macro, vinculada às políticas as quais são estabelecidas para o desenvolvimento da Extensão Universitária. Nessa presunção, é primordial entender essa relação para além da contribuição indireta das ações extensionistas: tanto no sentido de produção de conhecimento, como na formação de profissionais qualificados para atuar na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, tencionando expandir a gama de aspectos construtivos que podem ser oriundos desse entendimento.

Considera-se três perspectivas de atuação, também classificados como efeitos positivos que podem advir da Extensão Universitária com as políticas públicas, conforme Figura 2.

Como repercussão dessas propostas que podem nortear a relação da Extensão Universitária com as políticas públicas, no primeiro tópico, vale ressaltar que essa contribuição direta dos atores acadêmicos, além de evidenciar o compromisso e competência do discente, estimula o espírito crítico e a autonomia. É relevante frisar o papel do Estado na garantia dos direitos da cidadania ou na provisão de bens públicos, pois não é função da universidade substituir suas responsabilidades, somar esforços e subsidiar na execução dessas atribuições de forma crítica e autônoma é a proposta fundamental.

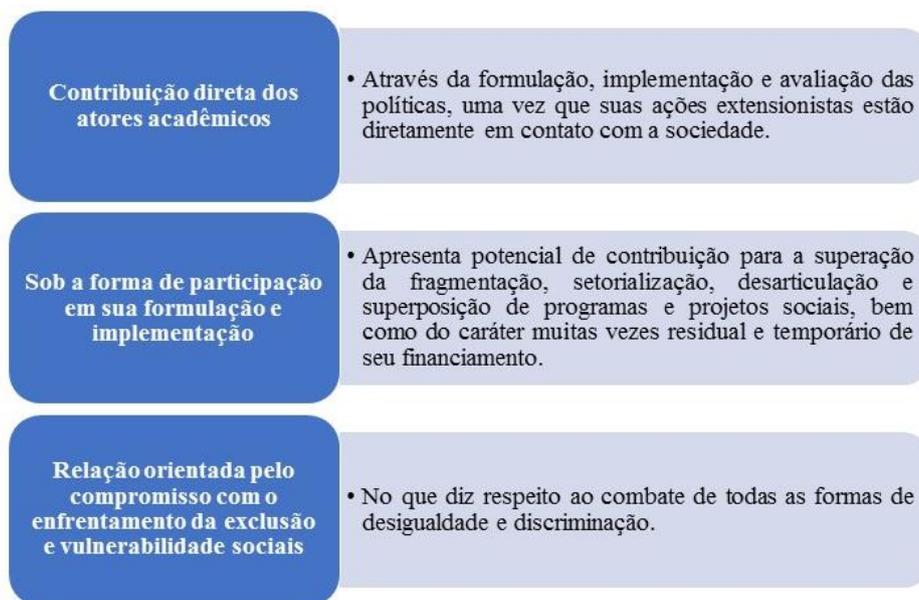


Figura 2. Atuação da Extensão Universitária através de políticas públicas

Fonte: elaborada pelo autor (2020) baseado em (Forproex, 2012, p. 43-44).

O segundo tópico permite refletir que a participação direta supracitada fortalece a continuidade da Extensão Universitária, principalmente por agir de forma imediata nos processos políticos responsáveis por assegurar o financiamento, o qual garante sua sustentabilidade. Quanto ao compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade social, é inerente da universidade pública a função social, o que se reflete no desempenho das ações extensionistas pensadas e formuladas para atender as demandas da sociedade e interferir, de modo a transfigurar realidades através da construção de conhecimento, sob uma concepção integralizadora e interacionista.

Nessa perspectiva, a Extensão Universitária, em sua articulação com as políticas públicas na *praxe* acadêmica deve estar respaldada nos três eixos integralizadores (Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais) estabelecidos pelo Forproex (2012) para efetiva intervenção na sociedade. Para melhor esclarecer, as Áreas Temáticas sistematizam a extensão em oito áreas enviesadas pela política social, tais como: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

O eixo Território surge como estratégia para integrar, em termos espaciais, as ações extensionistas bem como a articulação entre as políticas públicas, a fim de minimizar efeitos negativos inerentes da geografia dos espaços, empregando a interdisciplinaridade e interprofissionalidade (Forproex, 2012). Já o eixo Grupos Populacionais funciona mediante o estudo das ações extensionistas que se articulam, as políticas públicas equivalentes, com intuito de direcioná-las para grupos populacionais específicos, com foco nos excluídos e os de vulnerabilidade social. O panorama denotado evidencia uma Extensão Universitária social e igualitária caminhando *pari passu* às premissas das políticas públicas, preocupadas em compreender as necessidades informacionais da sociedade e atender essas demandas por meio de ações políticas, distanciando-se da concepção partidária dos movimentos sociais.

Com esse escopo e compromisso, o Forproex (2012, p. 45-46) determina as seguintes áreas de atuação prioritárias para a articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas: a) preservação e sustentabilidade do meio ambiente; b) ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica; c) melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira; d) melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso; e) melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária; f) promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; g) ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência; h) formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.

A visão holística que se tem dessa proposta de atuação preceitua a vertente humana e social da Extensão Universitária e, para além disso, propicia respaldo e visibilidade para se fortalecer em discussões nos espaços de fóruns de participação social, conferências e outros eventos. Fortalecimento, porque nesses encontros formais se discute as burocracias responsáveis pela implementação de políticas públicas, definindo recursos, desenhos, demandas e outros aspectos. Dessa maneira, busca-se democratizar os meios de comunicação, de inovações tecnológicas e distribuição de recursos (Araújo & Leite, 2021) garantindo maior equidade, de forma a atender as demandas sociais de uma determinada comunidade.

Mediante o panorama relacional da Extensão Universitária como fenômeno de política pública e suas múltiplas perspectivas, adota-se na pesquisa a configuração de política pública de Educação, que tanto possui um viés particularmente educacional, mas também o viés dialógico com outros setores, a saber: a extensão voltada para a questão da Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, configurando-se numa política pública transversal.

Logo, a extensão pode ser vislumbrada a partir de uma ação política educacional que parte do contexto da Educação, mas com enfoques transversais, ou seja, busca resolver problemas de caráter aproximativo com outras políticas públicas. Além disso, é importante destacar que seu objetivo transcende a ideia de contribuir

apenas ao setor de Educação, podendo somar esforços para a sociedade em sua íntegra. Assim, apesar de figurar-se uma política oriunda do contexto educacional, abrange um enviesamento para vários outros tipos de políticas. Ademais, essa configuração pode ser a chave para que a extensão seja promotora da transformação social (Leite, 2020).

Extensão Universitária como fenômeno de inclusão

Para analisar o caráter inclusivo da extensão é necessário compreender os aspectos limiares que deram veemência ao termo. No decorrer dos séculos a exclusão de indivíduos, grupos e minorias ocorreu como algo natural pelas classes dominantes, ato inerente à civilização humana e legitimado sob o argumento de que tal ação seria uma condição necessária para que a minoria privilegiada pudesse usufruir dos bens e serviços socialmente produzidos.

Alusivo ao discurso de exclusão, pode-se mencionar as ideias de Charles Darwin (1809-1882) em sua Teoria da Evolução das Espécies e de Bourdieu (1998) com a questão do “Capital Social”, uma vez que contribuem para um olhar de enfrentamento e de contraposição a essa questão. Para Mota (2010), a inclusão como movimento político e social progressista pressupõe uma transformação qualitativa nas estruturas e na cultura das organizações sociais, a fim de superar o paradigma reducionista, bem como construir novos valores que humanizam o homem e valorizam suas múltiplas dimensões.

Epistemologicamente, o conceito de inclusão não é único e está associado a um conjunto de percepções. Bourdieu (1994, p. 45) apreende que, na inclusão, assim como na ação, “Os sujeitos são na realidade agentes ativos e conhecedores dotados de um senso prático [...], sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão [...] de estruturas cognitivas duráveis [...] e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adaptada”. Ainda na perspectiva do autor, a ação inclusiva rompe com o modo de pensamento objetivista, ou seja, o questionamento é condição *sine qua non* para expansão de possibilidades e ultrapassagem de limites postos nas práticas desse sentido.

Freire (2008, p. 8) determina que o conceito de inclusão possui quatro eixos fundamentais: 1) é um direito fundamental; 2) obriga a repensar a diferença e a diversidade; 3) implica repensar a escola e o sistema educativo e; 4) pode constituir um veículo de transformação da sociedade. Apesar dos pilares denotados se configurarem basilares para refletir a inclusão, é fundamental empregar uma amplitude da proposta, principalmente pela sua reverberação nos mais diversos setores da sociedade e comunidades específicas.

Seguindo essa linha de raciocínio, Silva (2020) compreende na ideia de inclusão que:

- a) deve-se superar a única ideia de que a inclusão tem como função o mero axioma objetivo de incluir; o conceito de inclusão deve suplantar a concepção calcada no dualismo positivado e regulado alusivo à controvérsia com a exclusão, marginalização, opressão, desigualdade etc. e; é fundamental pensar a inclusão não como algo pré-determinado, arbitrário e hierárquico, isso inibe seu caráter interacional e coletivo;
 - b) inclusão como acréscimo ou adição (como ação extensiva a determinados públicos), socialização (prática inclusiva histórica por meio da construção de conhecimentos e normas), associação (o sentido prático da inclusão e a diversidade de sujeitos inseridos nas ações), reconhecimento do pluralismo (variedade nas ações inclusivas e sujeitos que podem ser contempladas nas ações), respeito horizontal às diferenças e a diversidade de concepções (respeito às similitudes e diferenças entre as ações inclusivas e os sujeitos participantes da ação), equidade (revisar os aspectos legislativos e prever a construção de políticas públicas que primem pela ação inclusiva com justiça), prática de autonomia
-

(realização de ações que busquem a construção de novos conhecimentos, formação de competências, etc.) e protagonismo (cria e reproduz mecanismos inclusivos de afirmação social).

Mediante a proposta dos elementos evidenciados, considerando a visão holística, torna-se evidente o potencial da ação inclusiva e suas contribuições para as comunidades envolvidas. Logo, a fim de concretizar o conceito do autor supramencionado, inclusão é:

[...] como conjunto de práticas estrategicamente planejadas que busca procedimental e teleologicamente a promoção de acréscimos/adições, socializações, pluralidade, diversidade, equidade, autonomia e/ou protagonismo na vida dos sujeitos, instituições e diversos segmentos participantes, assim como primam por valorizar a construção de novos conhecimentos, estímulo a aprendizagem, aprimoramento da inteligência, geração de novos processos comunicacionais, tomadas de decisão, solução de problemas, satisfação de necessidades e aperfeiçoamento das formas de convivência (Silva, 2020, p. 54-55).

Diante da discussão epistemológica empreendida sobre a inclusão e seus conceitos, destaca-se a evolução semântica mediante o avanço das reflexões, rompendo com a ideia de se figurar como uma solução para o aspecto da exclusão e caracterizando-se como prática social pelo desiderato humano. Também há um meio constitucional que precisa ser fortalecido pelos aspectos legais e políticos para efetiva intervenção e interferência como prática social.

Dessarte, ainda sob o aspecto legal, pode-se destacar a Extensão Universitária como importante dimensão para o fortalecimento da inclusão, por atuar diretamente com grupos e comunidades dos mais diversos segmentos da sociedade. Para Scheidemantel et al. (2004), a extensão é de suma relevância para a produção de conhecimento e formação do indivíduo crítico, consciente das desigualdades sociais ainda existentes. Como fenômeno inclusivo, a Extensão Universitária dialoga com três tópicos: não é automaticamente, inclusiva, possui níveis de intensidade, e deve primar pela construção coletiva da inclusão (Figura 3).

Dessa forma, há um reconhecimento de que algumas pessoas sabem mais e vão promover melhor essa inclusão. No entanto, essa não é um fenômeno cooperativo, pois a efetiva prática inclusiva depende da subjetividade do indivíduo, o qual pode ter noção de sua aplicabilidade e optar por refutá-la e, dessa maneira, não há cooperação.

A Extensão Universitária não é automaticamente inclusiva

- Pois a inclusão não se configura automática.

A Extensão Universitária possui níveis de intensidade

- Desde o aspecto de acrescentar até a promoção do exercício do protagonismo e autonomia.

A Extensão Universitária deve primar pela construção coletiva da inclusão

- Pensando numa relação de cooperação, uma vez que apenas um indivíduo não é responsável pela inclusão de outro, esses se incluem, a partir de competências e habilidades as quais alguns podem apresentar mais que os outros.

Figura 3. Características da Extensão Universitária inclusiva.

Fonte: resultados de pesquisa (2020).

A extensão possui esse caráter, de buscar a inclusão de maneira justa, mesmo sem assegurar a dimensão inclusiva e justa, o esforço é por isso. Não obstante, vale ressaltar que nem todas as propostas para incluir figuram-se equitativas, porém comumente o que se torna equitativo denota tendência a ser relativamente inclusivo. Do mesmo modo, nem tudo que é justo torna-se equitativo, assim como o equitativo porventura será justo, isso se deve à compreensão semântica do termo justiça, pois esse não necessariamente significa ser justo, mas projeta o alcance preceituado pela etimologia da palavra.

Como prática de justiça, as ações da Extensão Universitária dependem do nível de intensidade da inclusão, ou seja, quanto mais inclusiva é uma intervenção, equitativa em grau superior ela tem perspectiva de ser. Do ponto de vista acadêmico-institucional, as reflexões desta seção permitem aferir o quanto a Extensão Universitária consagra-se como um fenômeno de inclusão. Em seu bojo, atender as demandas da sociedade em busca de transformar realidades significa pensar na singularidade, pluralidade, coletividade, nos sujeitos humanos (físicos) e não humanos (jurídico e institucional), assim como no perfil desses, seja especialista ou leigo. Além disso, evidencia Deus (2020, p. 52), que a extensão ao “[...] se distanciar desse[s] compromisso[s], a universidade se encolhe, fecha-se entre suas grades invisíveis, não permitindo germinar, em seu interior, sementes que produzam frutos.”

Seja curso, programa ou projeto extensionista, no tocante ao aspecto de inclusão, o ato de proliferar acréscimo ou adição, socialização, associação, pluralismo, respeito às diferenças e diversidade de concepções, autonomia e protagonismo é fundamental para o desenvolvimento humano e azo no sentido de transcorrer a intersecção, tendo em vista que esses elementos podem e devem estar amalgamados em mais de uma ação, seja no eixo da Educação, Cultura, Trabalho, Comunicação, Direitos Humanos e da Justiça, dentre outros. Essa massificação de efeitos engendrados na relação de modalidades, eixos temáticos e práticas inclusivas/equitativas configura-se indispensável para o *modus operandi* de uma universidade preocupada em conceber a Extensão Universitária como um fluxo, para o empreendimento do ensino e da pesquisa mais alvissareiro no tocante a sociedade.

Extensão Universitária como fenômeno interdisciplinar

A princípio, para contextualizar a vertente temática desta seção, torna-se necessário depreender os aspectos teórico-conceituais da interdisciplinaridade, campo de difícil compreensão epistemológica, para posteriormente denotar suas relações/aproximações com a Extensão Universitária. A dificuldade de apreensão respalda-se pelos diversos campos que a envolve, tais como o educacional, social, político, econômico, científico, etc., acarretando numa dispersão e diversidade de significações e discussões.

Há dois motivos, conforme Silva (2013), que embasam essa aceção: o primeiro é inerente as dificuldades epistemológicas em atribuir um conceito mais sólido e estável à interdisciplinaridade; já o segundo segue como um corolário do primeiro, à medida em que se insere um leque de terminologias correlacionadas à interdisciplinaridade, que dispersam ainda mais sua construção de sentido, similarmente à multidisciplinaridade ou pluridisciplinaridade, e transdisciplinaridade, além, evidentemente, da concepção limiar de disciplinaridade.

No tocante à Extensão Universitária, Del-Masso et al. (2017) afirmam que a interdisciplinaridade vem ao encontro da Extensão Universitária pela “[...] necessidade epistemológica e de uma exigência da realidade contemporânea” (Philippi Júnior, 2011, p. 7). Esse aspecto é corroborado quando o autor evidencia que a interdisciplinaridade é:

[...] um processo que exige mudanças na modalidade de produção do conhecimento, implicando transformações individuais e institucionais. Ela se concretiza por meio de práticas que se diversificam,

dependendo de escolhas científicas, objetos de pesquisa, problemas tratados e condições institucionais locais, respeitando-se, contudo, princípios comuns (Philippi Júnior, 2011, p. 7).

Seguindo essa linha de raciocínio, concomitantemente ao fazer extensionista, seus princípios básicos partem de condições identificadas para resolução de problemas individuais, sociais e grupais, seguido das escolhas adequadas, objetos e objetivos bem delimitados que atendam às necessidades dos sujeitos humanos.

Institucionalmente, a Extensão Universitária como fenômeno de interdisciplinaridade, dentre as diretrizes que devem orientar e formular as suas ações determinadas na Política Nacional, destaca o item “**interdisciplinaridade** e interprofissionalidade”. Nessa proposta, a ideia é de que, além de minimizar os efeitos da crise da universidade pública, se estabeleça uma concepção mais sólida das intervenções sociais na sociedade, distanciando-se da visão generalista e especializada em atender demanda específicas (Forproex, 2012).

A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações (Forproex, 2012, p. 31).

O resultado que se espera da combinação de especialização e visão holística deve ser materializado pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos da articulação de disciplinas e áreas do conhecimento. Esse diálogo, além de fortalecer as praxes acadêmicas, favorece a construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Com essa configuração, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional das práticas científicas, políticas, econômicas e educacionais. De maneira pragmática, são as áreas temáticas que podem fortalecer a prática de interdisciplinaridade nas universidades, pensando em ações conjuntas para atender a sociedade de forma inovadora e dinamizadora. É o insumo reflexivo para construção de sentidos com relação à produção, organização e socialização do conhecimento.

Além disso, é pertinente atentar para o fato de que a Extensão Universitária, na pesquisa, denota uma potencialidade interdisciplinar, mas não significa que se figura interdisciplinar. A extensão só pode ser confirmada como tal a partir de um fenômeno prático, ou seja, de ação, condição fundamental e divergente do discurso naturalista de que essa dimensão naturalmente é interdisciplinar, pelo contrário, há uma construção interdisciplinar em sua natureza mediante um contexto prático de ações.

Então, a interdisciplinaridade é um fenômeno prático que não tem sua natureza de origem como tal, pois só alcançará esse caráter a partir das ações contextuais. Para esclarecer tal acepção, Fazenda (1994, p. 28-29) revela que a:

Interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação; a interdisciplinaridade nos conduz a um exercício de conhecimento: o perguntar e o duvidar; interdisciplinaridade é a arte do tecido que nunca deixa ocorrer o divórcio entre seus elementos, entretanto, de um tecido bem trançado e flexível. A interdisciplinaridade se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas.

Dessa concepção, vislumbra-se o caráter pedagógico e mobilizador que a interdisciplinaridade pode denotar perante a ciência e sociedade contemporâneas (Silva, 2013). Nessa perspectiva, no contexto da universidade, a extensão é um dos principais polos de ação potencialmente interdisciplinares, pela capacidade de aproximar diversos elementos, desde setores curriculares de cursos até suas práticas inerentes às disciplinas (Frutuoso & Silva, 2021b), desde que haja ações nesse sentido (Figura 4).

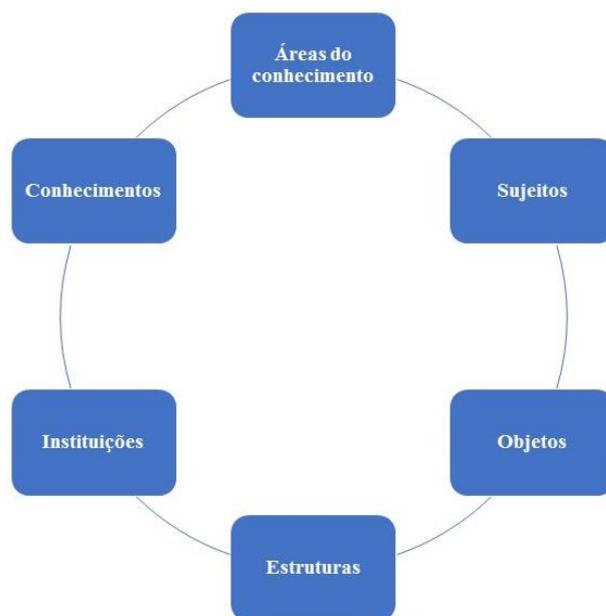


Figura 4. Elementos de aproximação e relação com a Extensão Universitária interdisciplinar

Fonte: resultados de pesquisa (2020).

A fim de exemplificar como as práticas extensionistas interdisciplinares podem ser articuladas, numa ação que trate sobre exercícios físicos para a melhoria da saúde, pensar uma parceria entre Educação Física e a Medicina no ato de execução da prestação de serviço pode configurar uma prática interdisciplinar. Outra ideia nesse sentido, direciona-se à construção de um banco comunitário pensado como prática interdisciplinar entre a Administração, Contabilidade (em foco a gestão contábil) e a Sociologia (para entender as fundamentações sociais que envolvem as práticas dos bancos comunitários).

Um outro importante caráter da Extensão Universitária como fenômeno interdisciplinar traduz-se em seu teor **contextual**. Por exemplo, a Universidade Federal do Cariri (UFCA), através da Pró-Reitoria de Extensão, promove projetos ou programas extensionistas para uma comunidade tendo como condição interdisciplinar o diálogo do eixo Cultura com a Educação. Tal circunstância pode não acontecer numa outra universidade, ou seja, significa que a interdisciplinaridade além de prática, é contextual, pois existe a possibilidade de ocorrer num determinado contexto, mas não em outro. É relevante esclarecer esse caráter da extensão contextual, sobretudo pelo fato de que as ações de extensão nem sempre serão apropriadas pela totalidade de grupos e sujeitos, ou que outros projetos e ações serão interdisciplinares, embora possa servir de inspiração a posteriores práticas desse caráter.

No contexto da ciência, se disciplinas do conhecimento possuem vertentes teóricas tratadas de uma mesma perspectiva, como é o caso da UFCA, por exemplo, em que o curso de Biblioteconomia e Filosofia trabalham com a filosofia da informação e houve uma intervenção extensionista dialógica entre ambas, então se pode configurar uma prática interdisciplinar. Todavia, caso essa proposição de ação interdisciplinar não tenha sido realizada, porque foi preterida por um dos atores ou membros do processo de negociação, então a interdisciplinaridade não intercorreu.

Em síntese, a extensão constituiu-se de um potencial interdisciplinar a partir da variação de temas e seus atores, os quais podem dialogar entre si, mas que essa interdisciplinaridade só pode ser afirmada através de ações,

com práticas extensionistas, levando em conta a relatividade em que somente o viés pragmático não definirá esse caráter, visto que tal intervenção pode não ser aceita pelas comunidades, grupos ou sujeitos. Portanto, a interdisciplinaridade é a **reciprocidade de ideias** e a integração de ações. Caso não ocorra em ambas as condições não há interdisciplinaridade. Assim, a proposição de ação para uma prática interdisciplinar depende dessas abordagens, bem como da aceitação e/ou apropriação para sua devida efetivação como tal. Do mesmo modo, deve figurar-se o *modus operandi* da Extensão Universitária neste sentido.

Considerações Finais

As discussões da presente pesquisa têm sido focalizadas para responder a seguinte pergunta-problema: como podem ser compreendidos os fundamentos da Extensão Universitária? Nesse sentido, é possível afirmar que, através de perspectivas históricas e teórico-conceituais, destaca-se o desiderato epistemológico da extensão como fundamento conceitual, fenômeno de política pública, de inclusão e interdisciplinar, fortalecendo a concepção científica e legislativa da extensão, tornando-a mais consistente, sólida, respaldada, pensada como uma política de ação propriamente dita.

No que tange a proposta do objetivo geral, em primeiro lugar, a Extensão Universitária como fundamento histórico-conceitual sofreu diversas influências, progressos, retrocessos e novos avanços epistemológicos e pragmáticos, os quais viabilizaram seu fortalecimento enquanto prática interdisciplinar, educativa, cultural, científica e política. Como fundamento de política pública, a extensão pode ser considerada uma política educacional com potencial para aplicação em contexto transversal, podendo realizar um diálogo entre o conhecimento acadêmico e científico com o senso comum, visando atender as necessidades da sociedade em suas diferentes nuances.

Seguindo essa linha de raciocínio, a Extensão Universitária como fenômeno de inclusão depende de que suas práticas sejam desempenhadas observando os aspectos de acréscimo, socialização, associação, pluralismo, autonomia, entre outros, para a construção de conhecimento. Em relação à atividade interdisciplinar, é fundamental que as práticas extensionistas realizadas pelas universidades primem pela reciprocidade de ideias e integração de ações visando à aceitação/participação/apropriação pelas comunidades envolvidas.

Em linhas gerais, as interlocuções teórico-conceituais que dimensionam os fundamentos da Extensão Universitária desencadeiam um campo profícuo de estudos e práticas acadêmico-profissionais. Através dessa consolidação científica a ideia é fortalecer, de maneira individual, esse importante pilar universitário, assim como dinamizar e elevar o potencial de suas atividades, respaldadas cientificamente, para impactar as ações nas universidades, assim como às direcionadas além de seus muros.

Por fim, é importante destacar que essa investigação evidencia concepções epistemológicas (conceituais e passíveis de aplicação) que norteiam os fundamentos da Extensão Universitária pelo caráter acadêmico-científico. Outrossim, é possível perceber perspectivas de aplicação para atividades extensionistas institucionais, técnicas e pedagógicas, no sentido do desenvolvimento de suas modalidades de atuação e eixos integralizadores. Além disso, sugere-se que outras pesquisas possam ser realizadas focalizando em um dos fundamentos da extensão percorridos na pesquisa, sejam de forma básica e/ou aplicada, assim como é possível vislumbrar novas concepções do ponto de vista da fundamentação.

Contribuição de cada autor

Os autores A. M. R. F. e J. L. C. S. escreveram o texto final; A. M. R. F. e J. L. C. S. contribuíram com as análises estatísticas; A. M. R. F. e J. L. C. S. planejaram o projeto, e J. L. C. S. atuou como orientador da pesquisa.

Referências

- Araújo, C. L. de, Leite, M. L. dos S. (2021). Extensão Universitária, políticas públicas e desenvolvimento social. *Revista Eletrônica Extensão Em Debate*, 8(10).
- Bernheim, C. T. (1978). *El nuevo concepto de extension universitaria y difusion cultural*. Mexico: UNAM.
- Bourdieu, P. (1994). Esboço de uma Teoria da Prática. In R. Ortiz (Org.), *A sociologia de Pierre Bourdieu*. (pp. 46-86). São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P. (1998). O capital social: Notas provisórias. In A. Catani, & M. A. Nogueira (Orgs.), *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Cabral, N. G. (2012). *Saberes em Extensão Universitária: Contradições, tensões, desafios e desassossegos* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Brasil.
- Del-Masso, M. C. S., Frutuoso, J. A., Zuanon, A. C. C., & Galhardo, E. (2017). Interdisciplinaridade em Extensão Universitária. *Revista Ciência em Extensão*, 13(3), 2-12.
- Deus, S. F. B. (2020). *Extensão Universitária: Trajetórias e desafios*. Santa Maria, RS: PRE-UFSM.
- Fazenda, I. C. A. (1994). *Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus.
- Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex (1999). *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus.
- Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex (2001). *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*. Brasília: MEC/SESu.
- Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex (2007). *Extensão Universitária: organização e sistematização*. Belo Horizonte: Coopmed.
- Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, AM: Forproex.
- Freire, P. (2011). *Extensão ou comunicação?* (15. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, S. (2008). Um olhar sobre a inclusão. *Revista de Educação*, 7(1), 5-20.
- Frutuoso, A. M. R., Silva, J. L. C. (2021a). Abordagens conceituais e relacionais entre extensão universitária e mediação da informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 12(2), 261-283. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v12i2p261-283>
- Frutuoso, A. M. R., Silva, J. L. C. (2021b). Extensão universitária como prática de mediação: o projeto Nas Entrelinhas da Arte na interação entre a Universidade Federal do Cariri e a Escola de Ensino Médio José Bezerra de Menezes em Juazeiro do Norte. *Revista ACB*, 26(1), 1–23.
- Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Leite, M. L. dos S. (2020). Extensão universitária como compromisso social: Contribuições da obra “Educação e Mudança”. *Revista Em Extensão*, 18(2), 209–212. <https://doi.org/10.14393/REE-v18n22019-47689>
- Marian Filho, C. J. (2005). *Concepção de políticas públicas: Definição, viabilização e execução*. Rio Grande do Sul: URI.
- Ministério da Educação (MEC). (2018). *Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Brasília: MEC. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192
- Mota, L. A. (2010). As muitas faces da extensão: A relação entre o social e a política. *Revista de Psicologia*, 4(12), 30-41.
- Nogueira, M. D. P. (2001). Extensão Universitária no Brasil: Uma revisão conceitual. In D. S. Faria (Org.), *Construção Conceitual da Extensão na América Latina*. (pp. 57-72). Brasília: UNB.
- Nogueira, M. D. P. (2005). *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG.
- Philippi Júnior, A. (2011). Apresentação. In A. Philippi Júnior, & A. J. Silva Neto (Eds.), *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação*. (pp. 17-20). Barueri, SP: Manole.
- Rocha, R. M. G. (2001). A Construção do Conceito de Extensão universitária na América Latina. In D. S. Faria (Org.), *Construção Conceitual da Extensão na América Latina*. (pp. 13-29). Brasília: Universidade de Brasília.

Scheidemantel, S. E., Klein, R., & Teixeira, L. I. (2004). *A Importância da Extensão Universitária: O Projeto Construir*. Belo Horizonte: UFMG.

Secchi, L. (2010). *Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.

Serrano, R. M. S. M. (2010). Conceitos de extensão universitária: Um diálogo com Paulo Freire. In D. S. Faria (Org.), *Construção Conceitual da Extensão na América Latina*. (pp. 185). Brasília: UNB.

Silva, J. L. C. (2013). Das concepções disciplinares na Ciência da Informação e/ou de suas configurações epistemológicas: O desiderato percebido da interdisciplinaridade. *Investigación Bibliotecológica*, 27(59), 67-92.

Silva, J. L. C. (2020). A inclusão no contexto do ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência da Informação. In M. S. C. Nunes, *Desafios da inclusão na práxis pedagógica: Saberes e fazeres em ciência da informação*. (pp. 48-72). São Paulo: ABECIN.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão de literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45.

Como citar este artigo:

Frutuoso, A. M. R., & Silva, J. L. C. (2024). Uma abordagem sobre os fundamentos da extensão universitária: Histórico-conceitual, política pública, inclusão e interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 15(2), 211-227.
